

## Aneel considera aumento de outorga de usinas da Cemig

Por Rafael Bitencourt | De Brasília



Rufino, diretor-geral da Aneel, diz que ainda não recebeu a orientação da forma de ajuste na remuneração de usinas.

O aumento da cobrança do bônus de outorga no leilão de concessão das antigas usinas da Cemig poderá ser a estratégia do governo para reduzir a remuneração dos novos concessionários, informou ontem o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino. A agência, no entanto, aguardará a posição final dos ministérios de Minas e Energia e do Planejamento para aprovar o edital.

A necessidade de mudança na remuneração das hidrelétricas São Simão, Jaguará, Miranda e Volta Grande surgiu para atender determinação feita pelo Tribunal de

Contas da União (TCU). O órgão concluiu que era preciso reduzir a taxa de retorno dos empreendimentos por se tratar de usinas já construídas, que não contariam mais com risco de licenciamento e de engenharia.

Rufino ressaltou que a Aneel ainda não recebeu a orientação sobre a forma de ajuste na remuneração das usinas. Ele disse que, a rigor, os ministérios poderiam até optar por apresentar um recurso ao tribunal para contestar a determinação. A taxa de retorno foi fixada em 8,08% ao ano, pelo custo ponderado de capital.

"Acredito que esse efeito [da decisão do TCU] se dará na bonificação", afirmou Rufino, após reunião da diretoria. Em vez de aumentar o bônus de outorga, o governo poderia optar por reduzir a remuneração dos empreendimentos com um corte no custo da energia a ser produzida ao longo dos 30 anos da concessão.

Nas diretrizes do leilão, ficou estabelecido que 70% da energia vão para as distribuidoras a R\$ 137,60 por Megawatt-hora (MWh). Os 30% restantes serão comercializados

no mercado livre, voltado para a demanda dos grandes consumidores.

A Aneel planejava aprovar o edital ontem, com um bônus de outorga inicial de R\$ 11,055 bilhões. Este valor poderia aumentar com o acirramento da disputa durante o leilão, pois os lotes serão arrematados pelas empresas do setor que oferecerem o maior valor de bônus.

A equipe econômica do governo conta com esse adicional de receita para cumprir a meta fiscal de 2017. O leilão foi marcado inicialmente para o dia 22 de setembro. O edital precisa sair com um mês de antecedência da data de realização do certame. O pagamento à vista do bônus de outorga será a principal exigência para assinar os contratos, o que deve ocorrer no mês seguinte à licitação.

A Cemig ainda insiste em tentar barrar o leilão na Justiça ou costurar um acordo com o governo federal para seguir operando as usinas. O caso está sendo tratado pelas mais altas cortes do Judiciário, como o Supremo Tribunal Federal.

## Na Argentina, propina ao governo Kirchner

Servidores teriam recebido US\$ 14 milhões por projeto de água potável

Ex-vice-presidente para América Latina e Angola da Odebrecht, Luiz Mameri é o delator que mais sabor dá ao capítulo argentino da colaboração da empresa. Mameri era a voz da empreiteira no país hermano, onde nunca houve volume de obras que justificasse a alocação de um executivo exclusivo.

Como, em se tratando de Odebrecht, ser a voz da empresa incluía uma engenharia que, além de obras, envolvia propina, foi ele quem esteve à frente de pagamentos milionários e ilegais a funcionários do kirchnerismo.

A delação de Mameri, ainda em sigilo, mas obtida pelo GLOBO, mostra que funcionários graduados do Ministério do Planejamento e da estatal Água e Saneamento Argentino (Aysa) receberam US\$ 14 milhões para que a Odebrecht ganhasse a licitação do projeto Água Potável Paraná de las Palmas, de limpeza de água para consumo humano, na capital.

Pela lei argentina, uma empreiteira estrangeira sempre deve se associar a construtoras locais para conseguir participar de algum consórcio. “Nesses casos, (eu) era previamente informado por esses empresários que, caso vencida a licitação, valores deveriam ser pagos para o partido de governo, de acordo com sua participação no consórcio que viria ser formado”, conta Mameri na delação.

Assim foi com o projeto de Paraná de las Palmas. Após ser procurado por um lobista, Mameri concordou com o pagamento a Raul Biancuso, da Aysa, no total de US\$ 6,6 milhões. Depois, houve pagamento de US\$ 6,45 para um funcionário do Ministério do Planejamento autorizar o pagamento.

No mesmo ministério, funcionários ligados a Julio De Vido, ministro do Planejamento sob todo o kirchnerismo, são apontados por Mameri como beneficiários de propina da obra de soterramento da ferrovia Sarmiento — projeto de US\$ 1,3 bilhão, em Buenos Aires. Neste caso, o empresário da construtora argentina Iecsa foi quem

abordou Mameri, em 2007.

O delator relata ter pago US\$ 20 milhões de propina a funcionários públicos para que o consórcio vencesse a licitação. A Lava-Jato já trouxe más notícias também para Maurício Macri. O diretor de Inteligência do governo, Gustavo Arribas, foi apontado por uma reportagem do “La Nación” como beneficiário de repasses do doleiro Leonardo Meirelles, delator no Brasil.

Ontem os Ministérios Públicos Federais do Brasil e da Argentina divulgaram uma nota reclamando da atuação dos governos dos dois países no acordo de cooperação firmado para apurar crimes cometidos pela Odebrecht.

O Ministério da Justiça brasileiro e a chancelaria argentina estariam criando obstáculos e burocracias que, na prática, estariam atrapalhando as apurações. O Ministério da Justiça, em nota, afirmou que os acordos entre os países devem ser firmados por “Estados Partes”, sendo que os “nobres” MPFs não são “Estado Parte”.

## O dilema da meta

COM ALVARO GRIBEL (DE SÃO PAULO)

Antes de admitir ontem que a meta pode ser alterada, o ministro Henrique Meirelles viveu um dilema. Alterar o tamanho do déficit para caber o estouro extra do orçamento pode aumentar o pessimismo e ter efeitos concretos na economia. Perseguir a meta de forma inflexível vai parar a administração. Não cumpri-la tem consequências políticas. Nos últimos dias, todas as miragens de arrecadação foram sumindo.

Sempre esteve fora de questão fazer o mesmo que Dilma, que descumpriu a meta e depois enviou uma medida provisória para o Congresso no fim do ano para convalidar o estouro ocorrido. Mas, antes de jogar a toalha, que é o que começa a fazer, a equipe econômica fez de tudo: aumentou imposto, puxou o cobertor daqui e dali, trocou dinheiro de lugar e elevou o contingenciamento. Várias previsões de receita foram despencando, como o Refis e a nova lei da repatriação. Perdeu-se um pouco do previsto para a receita do novo imposto com a correção do erro no PIS/Cofins do etanol. E agora na virada do mês ficou claro que a receita com a venda das hidrelétricas da Cemig também tinha ficado mais

incerta. Meirelles conseguiu ontem dizer uma coisa e o seu contrário: admitiu a análise da mudança da meta mas diz que permanece a mesma.

É que mudar a meta pedindo previamente ao Congresso é aceitável do ponto de vista legal, mas talvez tenha consequências econômicas, na visão de um integrante da equipe econômica: — Mudar a meta é um retrocesso de curto prazo, a não ser que seja por questões pontuais. Os juros futuros que haviam subido no dia 17 de maio voltaram ao ponto em que estavam. Aconteceu o mesmo com o dólar e a bolsa. O mercado financeiro aceita até atraso na reforma da Previdência, porque a convicção geral é que quem for eleito em 2018 terá que mudar o sistema de aposentadorias e pensões de qualquer maneira. Mas a âncora de longo prazo ficou incerta, portanto, há um peso maior na expectativa de curto prazo. Há quem pense que o mercado financeiro é apenas um grupo de banqueiros malévolos que deve ser ignorado. Ele é formado também pelas decisões tomadas por todos os investidores, inclusive os pequenos.

Como somos todos credores da dívida pública, se ela parecer insustentável cada poupador vai preferir comprar ativo real em vez de aplicar em títulos públicos, comprar

dólar, em vez de ter apenas reais, adquirir algum ativo fora do país, dependendo do tamanho dos seus ativos financeiros. Ou seja, o “mercado”, que parece um ser incorpóreo, pode ser algo bem mais concreto. Se o pessimismo aumentar em cada investidor, pequeno ou grande, isso tem reflexos diretos no custo da dívida, no valor da moeda, na economia do país. Para o economista Alexandre de Ázara, sócio da Mauá Capital, uma mudança de meta agora não teria tanto impacto no mercado financeiro como o que houve em 2015.

— O governo fez o que pôde, contingenciou o que podia, encaminhou projetos de reforma para o Congresso, mas houve frustração no crescimento, nas receitas, na privatização. É um cenário diferente do que houve com a Dilma, que revia a meta, aumentava os gastos e as desonerações — disse. O grande ponto vulnerável da economia é a dívida. Ela começou a subir no governo Dilma, como resultado das decisões de gastar além da conta e não fazer reformas. A ex-presidente assumiu o país com superávit primário e dívida estável em 52%. Quando saiu, cinco anos e meio depois, o país estava com déficit, e a dívida foi a 67%, em crescimento acelerado.

Na semana passada, bateu em





73%. Se fosse feita a reforma da Previdência poderia se estabilizar em 80%. Sem ela, chegará facilmente a 100%. Antes de o presidente Temer provocar o agravamento da crise política, com aquela reunião indecorosa no Jaburu, o cenário econômico não era brilhante, mas era de melhora gradual da conjuntura, e a reforma da Previdência aprovada este ano dando um horizonte de redução dos gastos com aposentadorias e pensões. Temer por sua única culpa jogou esse cenário no fogo. Agora o que se tem é uma enorme incerteza de médio prazo. Mesmo vencendo a votação da denúncia, continuará sendo um governo fraco, refém dos piores quadros do Congresso.

## Déficit fiscal em risco

*União quer destravar leilões para aumentar receita. Meirelles, porém, já admite rever meta*

GERALDA DOCA,  
BÁRBARA NASCIMENTO  
E MANOEL VENTURA

BRASILIA - O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, admitiu ontem, pela primeira vez, que o governo analisa a possibilidade de aumentar a meta de déficit primário para este ano, de R\$ 139 bilhões. Porém, para evitar que o rombo fiscal não seja cumprido, o ministro determinou à equipe econômica que derrube todos os obstáculos jurídicos e burocráticos para a obtenção de receitas suficientes para o fechamento das contas. Meirelles mandou antecipar a licitação do balcão de seguros da Caixa Seguridade, o que poderá render, no mínimo, R\$ 5 bilhões para os cofres públicos.

Também conta com recursos das concessões nas áreas de energia, petróleo e gás, previstas para setembro e outubro; da Lotex; das outorgas do aeroporto do Galeão; e da oferta pública de ações do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB). Tudo isso poderia garantir, pelo menos, R\$ 49 bilhões. — Em relação à questão da meta fiscal, estamos analisando o assunto. No momento, a meta anunciada será seguida. Mas, de novo, estamos monitorando todos os fatores da

economia, a evolução da arrecadação — afirmou Meirelles, acrescentando que houve grande queda no recebimento de tributos. O ministro disse acreditar na melhora da arrecadação com impostos e contribuições federais. Contudo, destacou que é preciso fazer o que for melhor para garantir a transparência e a confiança na economia brasileira.

### AUMENTO DE IMPOSTOS

Além do Galeão e das privatizações, o ministro mencionou, como receitas com as quais o governo conta, precatórios no valor de R\$ 2 bilhões, provenientes de ações ganhas por cidadãos que não retiraram o dinheiro na Caixa. Ele ainda garantiu que não está estudando uma nova alta de impostos no momento: — Em relação à questão de outros impostos, não temos planos no momento, como tenho dito desde agosto do ano passado. Em agosto, disse que não planejava aumento de imposto para 2016, mas que, caso necessário, faríamos. E a mesma coisa é válida no momento. É algo que não é uma solução preferencial. Isso acontece apenas em situações em que é absolutamente necessário. Embora auxiliares diretos do presidente Michel Temer reclamem do arrocho orçamentário e considerem a meta “ousada”, foi decidido que só Meirelles tem autorização para tratar publicamente do assunto.

De cima para baixo, a missão dada aos técnicos responsáveis pelos leilões é fazer de tudo para que os certames tenham êxito, evitando-se assim uma “tragédia” para as contas públicas, que seria a revisão obrigatória da meta, sobretudo no caso do leilão das hidrelétricas hoje nas mãos da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) — São Simão, Jaguará, Miranda e Volta Grande. O secretário de Projetos do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Tarcísio Gomes de Freitas, assegurou ao GLOBO que o edital do leilão das quatro usinas da Cemig estará na praça no dia 9 de agosto, ou seja, quarta-feira da semana que vem, e que o certame ocorrerá entre o fim de setembro e início de outubro. Segundo ele, a determinação do Tribunal de Contas da União (TCU), de exigir novos cálculos referentes à taxa de retorno, não significa prejuízos para a realização do leilão, porque o processo não terá de passar novamente pelo crivo do tribunal.

— Estamos confiantes de que vamos ter êxito. A Cemig não tem dinheiro para entrar na disputa e está fazendo de tudo para não perder parte do seu parque gerador, mas a Advocacia-Geral da União (AGU) está mobilizada para derrubar todas as decisões judiciais contrárias ao leilão — destacou Freitas. Mesmo com a indefinição judicial sobre as quatro hidrelétricas atualmente operadas pela estatal mineira — o





que pode atrapalhar na formação dos preços das usinas — o governo já recebeu sondagens de três grupos econômicos interessados nos leilões. A própria empresa tem negociado com o fundo de pensão canadense Ontario Teachers' Pension Plan uma possível parceria para disputar o leilão.

A Cemig tem interesse em manter as usinas, que representam metade de sua capacidade de geração, mesmo após a estatal anunciar a venda de uma série de ativos para reduzir dívidas. Em outra frente, dois grupos chineses também já demonstraram interesse em participar da licitação: a estatal CTG e a ZEPC. A estatal mineira tem buscado todos os meios de suspender ou cancelar o leilão. A empresa alega que os contratos das usinas que serão relicitadas possuíam cláusulas que garantiam uma renovação automática da concessão por 20 anos. Os movimentos da Cemig para manter as hidrelétricas chegaram a incluir a busca de apoio junto a políticos mineiros e reuniões no Supremo Tribunal Federal (STF). A empresa pediu ao Supremo para suspender a licitação, alegando que tem direito de preferência para renovar os contratos. A companhia também apresentou proposta para tentar um acordo com a União. O governo, no entanto, resiste a qualquer possibilidade de negociação, diante do quadro fiscal.

## PRORROGAÇÃO DO REPETRO

Além do leilão das elétricas, outra grande expectativa de arrecadação está nos certames de petróleo e gás, previstos para setembro e outubro. Segundo Freitas, deve ser publicada, em breve, a medida provisória (MP) que prorroga o Repetro (programa especial de tributação para importação de equipamentos destinados à produção de petróleo), que será fundamental para aumentar a concorrência no leilão. O técnico lembrou também que o governo já avançou em outros pontos, como a flexibilização da exigência de conteúdo local e a não obrigatoriedade de a Petrobras entrar como sócia. No Congresso, a estratégia agora é batalhar para manter o texto original da medida provisória que acabou com a desoneração da folha de pagamento de vários setores. Em vigor desde julho, a MP vai permitir uma receita de R\$ 2 bilhões este ano.

A proposta foi mudada na comissão especial que tratou do tema, e uma das consequências foi a prorrogação da vigência da MP para janeiro do ano que vem. Além disso, para garantir uma receita de R\$ 13,3 bilhões, a orientação da equipe econômica é deixar caducar a MP que criou o Programa Especial de Regularização Tributária (Refis). A medida dá prazo até 31 de agosto para que os contribuintes acertem

suas contas com o Fisco. Se não for votada em setembro, ela perderá a validade, mas já terá surtido efeito nos cofres públicos. O governo tem até o dia 31 de agosto para enviar a proposta orçamentária para 2018. A equipe econômica quer aproveitar esse prazo para tomar uma decisão sobre a meta deste ano e do próximo, esta última fixada em um rombo de R\$ 129 bilhões, explicou uma fonte. Até lá, deverá também tomar medidas para reduzir gastos, como, por exemplo, a suspensão ou mesmo o cancelamento dos reajustes a várias categorias do serviço público, programados para janeiro de 2018.

### Opinião : SEM CONTROLE

*PROVERBIAL o descuido no gasto do dinheiro do contribuinte, avenida aberta a desvios de toda ordem. Quanto maior a cifra das despesas, mais chances há de desvios.*

*TÊM SIDO feitas auditorias em bilionários desembolsos do INSS, com resultados assustadores. Por exemplo, em 125 mil perícias auditadas, 80% dos benefícios foram cortados. Apenas em auxílios-doença e aposentadorias por invalidez, economizaram-se R\$ 4,5 bilhões.*

*TEM-SE uma ideia da falta de controle no sistema previdenciário. E em outros.*

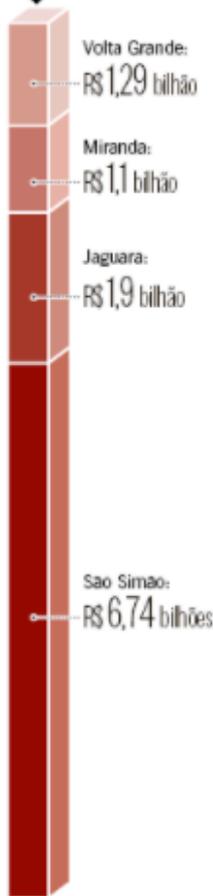




## ARRECAÇÃO PREVISTA PARA ESTE ANO

### LEILÕES E CONCESSÕES

**R\$ 11 bilhões**  
em leilão de hidrelétricas operadas pela Cemig



Leilão está previsto para setembro. Cemig questiona direito de o governo realizar as concessões e tenta barrar certame. Discussão está no STF

**R\$ 9 bilhões**  
em leilões de petróleo



Antecipação atende a uma exigência do governo para repactuar o plano de pagamento de outorgas do aeroporto, após o grupo chinês HNA comprar a participação da Odebrecht TransPort no RIOgaleão

**R\$ 2,1 bilhões**  
Antecipação da outorga do Galeão



### OUTRAS RECEITAS

Liberação dos precatórios pela Caixa Econômica:

**R\$ 2 bilhões**

Valores devidos em ações judiciais que estão nos bancos e não foram pleiteados pelos beneficiários

Repatriação:

**R\$ 3 bilhões**

Regularização de valores mantidos ilegalmente no exterior, com pagamento de impostos e multas

Recuperação de dinheiro pago a pessoas mortas:

**R\$ 0,6 bilhão**

Estorno de pagamentos indevidos da Seguridade Social

Lotex:

**R\$ 1 bilhão**

Concessão da "raspadinha" por 25 anos

Caixa Seguridade:

**R\$ 5 bilhões**

Licitação do balcão de seguros da Caixa. Governo definiu o certame como prioridade

Refis:

**R\$ 13,3 bilhões**

Governo vai deixar medida provisória caducar para evitar perder dinheiro após mudanças feitas pelo relator

Fim da desoneração nas folhas de pagamento:

**R\$ 2,2 bilhões**

Governo tentará reverter mudanças na MP que trata do fim da desoneração previdenciária da folha de pagamentos

TOTAL:

**R\$ 49,2 bilhões**

Editoria de Arte

## Meta fiscal deste ano está sob análise, diz ministro da Fazenda

### Chefe da Casa Civil afirma que não há dissonância entre as equipes econômica e política do governo

DE BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou que a meta fiscal deste ano (deficit de R\$ 139 bilhões) está mantida “no momento”, mas reconheceu que o assunto está em análise pela equipe econômica do presidente Michel Temer.

“No momento, a meta anunciada será seguida. Mas,

de novo, estamos monitorando todos os fatores da economia, a evolução da arrecadação”, disse, acrescentando que houve grande queda na arrecadação de tributos.

O ministro da Fazenda argumentou que o governo deve priorizar a transparência nas contas públicas.

“Acreditamos que pode haver recuperação grande da arrecadação, mas temos que fazer o que for melhor para a transparência e o aumento da confiança na economia brasileira”, disse o ministro.

Nos bastidores, como a **Folha** mostrou no sábado (29), integrantes de Planalto, Fazenda e Planejamento reco-

nhecem que pode ser necessário elevar a previsão de deficit até 31 de agosto —data-limite para a apresentação do projeto de lei orçamentária de 2018.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), criticou no sábado (29) a possibilidade de o governo rever a meta fiscal de 2017. A alteração da meta depende de aprovação do Congresso.

Para conseguir atingir o deficit de R\$ 139 bilhões no fim do ano, o governo anunciou recentemente o aumento de tributos sobre combustíveis, com o qual espera arrecadar cerca de R\$ 10 bilhões, além de congelar mais R\$ 5,9 bilhões em despesas.





A dificuldade do governo de Michel Temer de garantir receitas e o bloqueio de verbas do Orçamento têm aumentado os riscos de colapso de serviços da máquina pública nos próximos meses —trabalhos de Funai, Incra e emissão de passaportes, por exemplo, já vêm sendo afetados pelos cortes.

#### **META**

Em entrevista à **Folha**, o ministro Eliseu Padilha (Casa Civil) afirmou não haver discussão para a meta fiscal do ano que vem ser revista pelo governo Temer.

Segundo a jornalista Mônica Bergamo, parlamentares

já se articulam para apresentar projeto de lei aumentando o rombo em R\$ 30 bilhões.

“O ministro Meirelles, que é o condutor da política econômica do governo, tem, sempre com antecedência, trazido o tema à discussão com o presidente. Este tema, por enquanto, não foi debatido pelo ministro Meirelles.”

Padilha negou haver atualmente dissonância entre as equipes política e econômica do governo e disse que, apesar de o Planalto não ter candidato à Presidência da República para o ano que vem, Meirelles é um nome “bem recebido pela sociedade brasileira”. (LAÍS ALEGRETTI)

## Equipe econômica já trabalha com rombo de até R\$ 159 bilhões este ano

Contas públicas. O Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, admitiu ontem que estuda rever o limite de déficit fiscal previsto para 2017; segundo fontes, o rombo deste ano pode chegar a R\$ 159,5 bi, que foi a cifra registrada no ano passado

Adriana Fernandes /  
BRASÍLIA

Embora tenha assumido o compromisso, há um ano, de que o rombo das contas do governo não ultrapassaria os R\$ 139 bilhões em 2017, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, já admite mudanças. O "Estadão/Broadcast" apurou que a revisão da meta fiscal de 2017 terá como limite o rombo das contas do governo no ano passado, que alcançou R\$ 159,5 bilhões ou 2,54% do Produto Interno Bruto (PIB). Isso significa uma liberdade para aumentar o déficit projetado para este ano em até R\$ 20 bilhões. Meirelles avisou à equipe que tomará a decisão final até 31 de agosto, quando será enviado ao Congresso o projeto de Orçamento do ano que vem.

A meta fiscal de 2018, que permite um déficit de até R\$ 129 bilhões, também deverá ser revista. Ontem, o ministro Meirelles admitiu que estuda rever o compromisso feito há um ano de que os gastos públicos

neste ano não superariam a arrecadação com impostos, sem contar os juros da dívida pública, em até R\$ 139 bilhões. "Em relação à questão fiscal, estamos analisando o assunto. No momento, a meta anunciada será seguida", afirmou. O Estadão/Broadcast apurou com um integrante da equipe econômica que é "forte" a possibilidade de revisão da meta, mas o novo referencial não poderá ultrapassar de jeito nenhum o rombo verificado em 2016 (R\$ 159,5 bilhões).

O mesmo raciocínio vale para a revisão da meta de 2018: o déficit não poderá ser maior do que o previsto para este ano. A avaliação da Fazenda é que é inviável manter o corte do Orçamento nos níveis atuais (R\$ 45 bilhões) por conta do risco de paralisação da máquina administrativa, afetando serviços públicos. Com um corte menor, de R\$ 39 bilhões, já houve reclamação das polícias Federal e Rodoviária Federal, que alegaram que a restrição orçamentária prejudicou a confecção de passaportes e as patrulhas nas rodovias. O governo aguarda uma análise mais detalhada dos dados da receita de julho para verificar se a velocidade de recuperação da arrecadação poderá ocorrer no ritmo adequado até o fim do ano.

A avaliação da equipe

econômica é de que não poderá deixar para o fim do ano a revisão, se ficar claro que a velocidade de recuperação das receitas não corresponde ao esperado. Confiança. Segundo fontes, Meirelles deixou claro que, se necessário, fará a revisão da meta deste ano sem temor de perda da confiança na condução da sua política. Ele tem recebido indicações de investidores de que a mudança é inevitável e que há confiança no ajuste das despesas feito até agora. A interlocutores, Meirelles tem dito que não repetirá a postura do ex-ministro da Fazenda Joaquim Levy que, durante o governo Dilma, "brigou em manter a meta a todo custo e depois perdeu".

A mudança, se tiver de ser feita, será conduzida por ele. O ministro disse ontem que não há planos para compensar a perda de cerca de R\$ 500 milhões com a correção da alíquota de PIS/Cofins sobre o etanol. O governo errou o cálculo e foi obrigado a diminuir o imposto em R\$ 0,08 por litro. Segundo Meirelles, receitas extraordinárias – como a antecipação da outorga do Galeão e a concessão da raspadinha da Caixa – poderão compensar essa frustração. "Acreditamos que possa haver recuperação grande da arrecadação."

O governo monitora ainda a





aprovação de projetos que poderão render uma maior arrecadação, entre eles o da reoneração da folha (que acaba com o benefício fiscal dado a 50 setores permitindo a troca da contribuição sobre 20% da folha de pagamento por alíquota de até 4,5% sobre o faturamento) e do novo Refis (parcelamento de dívidas tributárias). Meirelles afirmou que a previsão é que o Refis seja aprovado "tal qual" enviado pelo governo, sem as modificações feitas pelo relator Newton Cardoso (PMDB-MG), que deixaram as condições muito mais vantajosas para os devedores e derrubaram a previsão de arrecadação de R\$ 13 bilhões para R\$ 420 milhões. / COLABORARAM LORENNA RODRIGUES E FERNANDO NAKAGAWA.

### **Reforço de caixa**

Para aumentar a arrecadação em 2018, governo estuda as seguintes medidas:

#### **LCI e LCA**

Tributação das LCI e LCA, títulos de renda fixa que têm hoje isenção do IR para Pessoa Física. A rentabilidade desses papéis pode chegar a 95% do CDI (juros médios dos empréstimos entre bancos), o que os torna competitivos ante CDBs, que sofrem incidência de IR. No entanto, eles só podem ser resgatados no vencimento para não incidir multa.

#### **Reintegra**

Revisão do programa que

devolve crédito aos exportadores de produtos manufaturados. Hoje, a devolução é de 2% da receita. Em 2018, o valor subiria para 3%. A ideia é diminuir a renúncia reduzindo a alíquota.

#### **Salário dos servidores**

Adiamento do reajuste de várias categorias de janeiro de 2018 para o 2º semestre de 2018. Além da revisão dos auxílios concedidos aos servidores do Executivo, como auxílio-moradia.

#### **Tributos**

Tributação de lucros e dividendos das pessoas físicas. Há, porém, dúvidas, sobre a eficácia da medida. Cobrança foi extinta em 1995, quando foi considerado que se tratava de bitributação.

## Investimentos em LCI e LCA podem perder isenção de imposto

Governo estuda cobrar Imposto de Renda nessas aplicações e reduzir benefícios fiscais a exportadores

### BRASÍLIA

Com margem estreita para ampliar a arrecadação neste ano, o governo deve lançar mão de medidas para reforçar o caixa em 2018. O Estadão/Broadcast apurou que entre as ações do plano emergencial que está sendo estudado para aumentar a arrecadação no ano que vem está o fim da isenção de Imposto de Renda para investimentos de pessoas físicas em letras de crédito rural e imobiliário, as LCA e LCI. Também está no radar diminuir benefícios fiscais a exportadores. LCA e LCI são papéis de renda fixa que têm a vantagem para o poupador da isenção do Imposto de Renda (IR), no caso das pessoas físicas. As empresas já pagam 25% de IR nas aplicações. Não está prevista mudança na tributação dos títulos públicos.

A equipe econômica também estuda revisar os benefícios do Reintegra, programa que obriga a União a devolver ao exportador parte do imposto arrecadado na

forma de crédito. Embora tenha sido criado para estimular empresas a disputarem o mercado internacional, o programa tem um alto custo. Hoje, a alíquota é de 2%, mas está prevista a elevação para 3% em 2018. Pelas projeções oficiais, o Reintegra provocaria uma despesa em forma de renúncia para os cofres públicos de R\$ 5,2 bilhões em 2017 e de R\$ 9,94 bilhões para o ano de 2018. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, encomendou uma análise técnica para sua equipe sobre as novas medidas que poderão ser adotadas.

A equipe tem duas semanas para entregar o estudo. O adiamento para o segundo semestre de 2018 do reajuste de diversas categorias de servidores federais, que está previsto para janeiro, é considerada uma medida eficaz, embora haja a preocupação com o funcionamento de serviços essenciais. Por enquanto, não está na cesta de medidas em análise pelo Ministério da Fazenda a elevação de 11% para 14% da contribuição que os servidores federais pagam à Previdência. Para 2017, a Fazenda considera difícil recorrer a novos aumentos de impostos que tenham efeito na arrecadação, depois da alta do PIS/

Cofins de combustíveis (gasolina, diesel e etanol).

“Aumento de imposto não é preferencial, só se for absolutamente necessário”, disse Meirelles. O Estadão/Broadcast apurou que está praticamente descartado um aperto na carga tributária neste ano. Para 2018, no entanto, será necessário. Há dúvidas sobre a eficácia da possibilidade de tributação de dividendos distribuídos aos acionistas, alternativa que vem sendo sugerida por diversos economistas. Segundo uma fonte da equipe econômica, essa tributação faz parte de uma discussão “macroeconômica de difícil avaliação sobre se o ganho é maior do que o custo”.

A fonte destacou que estudos do governo sobre essa alternativa ainda não são conclusivos. Nas negociações políticas com o Congresso, a estratégia para depois da votação da denúncia contra o presidente Michel Temer é negociar a MP da reoneração da folha de pagamento para quase 50 setores, o Refis e a reforma da Previdência. A equipe econômica ainda considera possível aprovar a reforma até outubro. / A.F.